

Este texto tem como objetivo divulgar alguns dos resultados da pesquisa que realizei na condição de mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na linha de pesquisa Educação e Infância (EI), no período compreendido entre agosto de 2009 e dezembro de 2011 e que culminou na dissertação intitulada “O Processo de Avaliação das Crianças no Contexto da Educação Infantil”.

Nessa pesquisa procurei levantar questões que pudessem contribuir com as discussões em torno da avaliação no contexto da Educação Infantil e que estavam diretamente ligadas ao objetivo geral da mesma: investigar as causas da pouca produção teórica sobre a avaliação educacional das crianças no nível da Educação Infantil e analisar possíveis relações entre este fato e as maneiras como vêm sendo construídos a avaliação e os processos avaliativos no trabalho desenvolvido nas instituições pesquisadas.

Para dar conta desse objetivo geral, o primeiro recurso metodológico que coloquei em prática foi a realização do levantamento sobre a produção acadêmica do tema avaliação pedagógica na Educação Infantil, na tentativa de produzir uma síntese das principais tendências e trabalhos encontrados nas bases de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação (ANPEd) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 2004 a 2009, assim como nos possíveis referenciais teóricos encontrados nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's) das instituições participantes referentes ao ano de 2009 e também em outras produções que tive acesso durante essa pesquisa, através de publicações impressas ou digitais.

Na base de dados da ANPEd, consultei os trabalhos selecionados em quatro Grupos de Trabalhos (GT's): Educação da Criança de 0 a 6 anos - GT 07, Formação de Professores - GT 08, Educação Fundamental - GT 13, Psicologia da Educação – GT 20. Ao final, consegui destacar quatro trabalhos localizados no GT 07 da ANPEd no período de 2004 a 2009: Brandão (2004); Lima e Bhering (2006); Rampazzo (2008); Steininger (2009). Já no banco de teses e dissertações da CAPES, destaquei três trabalhos, durante o mesmo período: Godoi (2006); Colasanto (2007); Ramires (2008).

A análise da produção acadêmica na ANPEd e na CAPES confirmaram minha afirmação inicial de que havia pouca produção quando o assunto era avaliação na Educação Infantil. Entre os motivos que considero responsáveis por essa pouca

produção, aponto 3 que estão sujeitos a interpretações e que também correm o risco de serem equivocados, mas que correspondem às minhas impressões ao final da pesquisa:

1º - o fato de a ciência moderna privilegiar como válidos apenas os conhecimentos produzidos a partir de determinadas lógicas e racionalidades restritas aos interesses de determinados grupos e extratos sociais, considerando como subordinadas todas as demais soluções produzidas pela diversidade de experiências da humanidade;

2º- o fato da Educação Infantil se configurar como uma etapa da Educação Básica cujo reconhecimento legal é recente no Brasil; do mesmo modo, a Educação Infantil é um campo científico em fase de descobertas, visto que ainda está impregnada pelos conhecimentos construídos ao longo dos séculos sobre o que seria escola; logo, todos os processos pedagógicos vinculados ao campo da Educação Infantil ainda são muito novos e precisam ser mais explorados, estudados, discutidos e repensados; nesse sentido, a avaliação das crianças não foge a esta lógica;

3º - embora seja obrigação profissional, em se tratando de Educação Infantil, ainda encontramos, por parte das educadoras¹, resistência em aceitar ou admitir as questões referentes à avaliação das crianças nesta etapa da Educação Básica, talvez por não conseguirem compreender ainda a sua função pedagógica ou em função dos resquícios oriundos do Ensino Fundamental, onde esta prática tem contribuído para exclusão e classificação dos estudantes, contribuindo, desta forma, para o aumento da discriminação negativa entre classes sociais.

Tomando como base a leitura dos trabalhos encontrados na revisão bibliográfica que fiz e também procurando estabelecer um diálogo com os documentos orientadores produzidos para a área em âmbito federal, estadual e municipal, bem como considerando as demais publicações impressas e digitais que encontrei nessa pesquisa², consegui identificar pelo menos 04 concepções de avaliação presentes no contexto da Educação infantil que organizei em: 1) - Avaliação Diagnóstica, Desenvolvimentista e

¹ Quando me referir aos profissionais ou educadores que trabalham nas instituições de Educação Infantil, usarei essas expressões no feminino, tendo em vista que na RME de Florianópolis, as mulheres são maioria absoluta nesse nível da Educação Básica e, portanto, na pesquisa de que trata esse texto, também se configuraram como as principais colaboradoras.

² Kulmann Júnior (1991), Campos (1994), Santos (1996; 2008), Sacristán (1998), Bujes (1998), Varela (1999), Rocha (1999; 2000; 2010), Batista (2000), Vianna (2000), Popkewitz e Lindblad (2001), Duarte (2002), Dalben (2002), Freitas, H. (2002), Alves e Oestreich (2002), Paulo Freire (2002), Freitas, L.C. (2002; 2009), Villas Boas (2002; 2004; 2008), Esteban (2003), Sgarbi (2003), Afonso (2003), Nóbrega-Therrien e Therrien (2004), Tomás e Soares (2004), Faria (2005), Paz (2005), Demo (2005), Luckesi (2006), Bodnar (2006), Gomes (2007), Lima (2007), Hoffmann (2007; 2008), Chueiri (2008), Oliveira (2008), Lourenço Filho (2008), Barbosa e Horn (2008), Ciasca e Mendes (2009), Santos e Meneses (2010), Wiggers (2010), Correa et al. (2010), Barcelos (2010).

Classificatória; 2) – Avaliação Processual, Formativa e Mediadora; 3) – Avaliação Institucional; 4) – Avaliação Emancipatória.

Em relação à concepção de **Avaliação Diagnóstica, Desenvolvimentista e Classificatória**, pode perceber, durante a análise dos referenciais, o quanto tal tendência esteve e continua presente na organização didática e curricular do Ensino Fundamental. Assim, considerando que por muito tempo o Ensino Fundamental serviu de base para certo modelo de Educação Infantil, não é surpresa que ainda encontremos resquícios nesse segmento da Educação Básica das mesmas concepções avaliativas hegemônicas que fazem parte de outros contextos educativos.

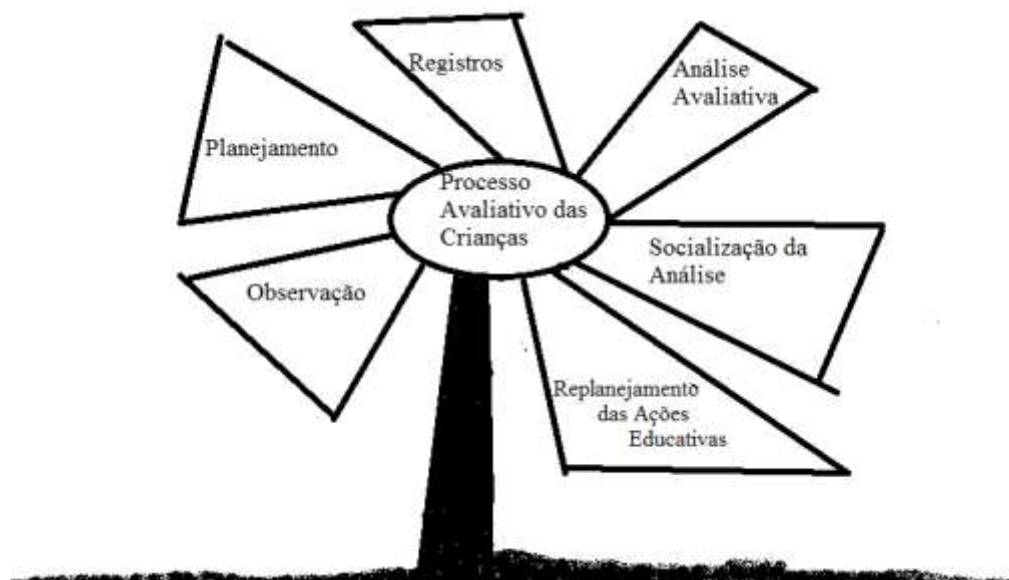
Ouso afirmar, ainda, que a permanência da concepção classificatória no contexto da Educação Infantil tem contribuído para a implantação das políticas de *ranqueamento* nesta etapa da Educação Básica, atrapalhando, inclusive, a possibilidade de avançarmos em termos de uma avaliação que favoreça a qualificação do trabalho pedagógico. O mesmo se pode dizer sobre as concepções diagnósticas e desenvolvimentistas de avaliação, se estas estiverem atreladas a procedimentos que visem o enquadramento das crianças em escalas padronizadas que, embora defendam um tipo de “qualidade”, desconsideram as variações socioeconômicas, históricas e culturais das comunidades onde estão localizadas as instituições avaliadas.

Já a concepção de **Avaliação Processual, Formativa e Mediadora**, vem sendo referendada, por diversos pesquisadores da área, como detentora de aspectos positivos em seus procedimentos. Tal concepção utiliza-se dos conhecimentos produzidos pela ciência a respeito do desenvolvimento infantil e, mesmo com esse embasamento teórico, difere-se da concepção Diagnóstica, Desenvolvimentista e Classificatória. A concepção de Avaliação Processual, Formativa e Mediadora olha o desenvolvimento infantil como processo e não apenas como uma etapa ou estágio onde se faz necessário classificar as crianças. Nessa lógica, a avaliação está associada à perspectiva de continuidade, de movimento, de replanejar ações, de repensar as propostas, os espaços e as relações pedagógicas.

Entre as práticas condizentes com esse tipo de concepção, alguns dos referenciais teóricos trouxeram o indicativo da realização de auto-avaliação por parte das crianças e também pelos adultos, no caso, as profissionais que são responsáveis por elas nas instituições educativas.

As ideias presentes na concepção de Avaliação Processual, Formativa e Mediadora, parecem referendar o entendimento que construí durante a pesquisa de que

os processos que envolvem a avaliação das crianças que frequentam as instituições de Educação Infantil estão em constante movimento, como se fossem um cata-vento, tendo como elementos estruturais a observação, o planejamento, o registro, a análise avaliativa, a socialização da análise e o replanejamento das ações educativas.



Apoiado nos referenciais teóricos utilizados na pesquisa, não considero equivocado afirmar que a perspectiva teórica da concepção de **Avaliação Institucional** pode estar vinculada a concepção Formativa de avaliação, uma vez que objetiva a transformação dos processos educativos e, para tanto, traz como proposta a prática de avaliações nas instituições educativas, com vistas à chamada, “melhor qualidade”. Entretanto, mesmo considerando o fato de que já tenhamos alguns documentos e ações do Ministério da Educação (MEC) sobre o que seria essa “melhor qualidade”, essa discussão ainda engatinha e esbarra numa diversidade de situações geográficas, históricas, culturais e sociais. Por isso, precisamos tomar cuidado para que essas discussões e nossas práticas de Avaliação Institucional não tropecem no viés regulatório das concepções hegemônicas de avaliação, gerando a existência de diversos modelos de “melhor qualidade” que justifiquem ainda mais as diferenças sociais.

A revisão de literatura reafirmou minha preocupação a respeito de propostas de *ranqueamento* para a Educação Infantil, nos moldes das que já vêm sendo implantadas em outras etapas, níveis e modalidades de ensino no Brasil. Estas propostas de *ranqueamento* vêm responsabilizando seus gestores, demais profissionais e também os estudantes (inclusive as crianças) pelos possíveis fracassos em suas trajetórias escolares

quando tomam como referência parâmetros idealizados de “qualidade”. Por isso, entendo que pensar em Avaliação Institucional, implica na mobilização dos diversos segmentos que compõem a comunidade educativa e dos gestores dos sistemas educacionais, no sentido de criar estratégias de avaliação que possibilitem a geração de ações de ordem política e pedagógica com vistas à superação dos problemas educacionais. Considero pertinente lembrar, ainda, que os resultados estatísticos oriundos das avaliações institucionais em larga escala, se analisados isoladamente, não dão conta de resolver os problemas educacionais, uma vez que acabam colocando o foco sobre o *produto* em detrimento de uma apurada análise e intervenção no *processo*. Considerando que os testes padronizados de aprendizagem requerem condições igualitárias e regras rígidas de controle de aplicação dos mesmos, certamente desconsideram aspectos individualizados oriundos das trajetórias de vida de cada estudante testado, bem como os problemas de ordem estrutural a que estão sujeitas as instituições avaliadas.

Quanto à concepção de **Avaliação Emancipatória**, alguns referenciais a associam a concepção de Avaliação Processual, Formativa e Mediadora. Por outro lado, há quem aponte que a participação dos sujeitos na apreensão, na compreensão e no posicionamento diante das escolhas de suas aprendizagens são diretamente influenciadas pelos condicionamentos sociais e culturais do coletivo onde estão inseridos. Sendo assim, também considero válida a preocupação com a possibilidade de que a avaliação qualitativa possa respaldar as práticas classificatórias no campo educacional, inclusive na Educação Infantil. Penso, inclusive, que, no espaço da Educação Infantil, seja possível começar a romper com a lógica da classificação social. Para tanto, é necessário repensar os nossos objetivos, as nossas práticas, os conhecimentos a serem explorados, a forma como realizamos nossos planejamentos, nossos registros individuais e coletivos, bem como os instrumentos que construímos para avaliar as crianças.

Em suma, para romper com a lógica dominante de classificação social, precisamos entender as avaliações que são feitas sobre as crianças como parte de um processo pedagógico em movimento e sem hierarquias, no qual se possa reconhecer e construir possibilidades de emancipação social para aqueles sujeitos cujas vozes ainda se configuram como ausentes, no nosso caso, as crianças que frequentam nossas instituições de Educação Infantil.

Delimitado o espaço teórico que consegui acessar, considero importante lembrar que, mesmo havendo pouca produção sobre avaliação na Educação Infantil, um estudo mais aprofundado sobre essas tendências ou concepções de avaliação é pertinente e muito contribuiria para uma ampliação de horizontes nas ciências humanas.

Considerando que pretendia realizar uma pesquisa que tivesse um enfoque qualitativo, durante a minha inserção no campo, apliquei os recursos metodológicos previstos (análise de documentos; realização entrevistas semiestruturadas; aplicação de questionários) numa amostragem que envolveu 10 instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino (RME) de Florianópolis e procurei dar conta dos demais objetivos específicos delimitados ainda durante o projeto de pesquisa que eram:

- identificar se haviam discussões em torno da temática avaliação e quais os referenciais teóricos utilizados pelos profissionais das instituições municipais de Educação Infantil para discutir e construir instrumentos avaliativos e qual o papel da equipe pedagógica nesse processo;
- analisar se o processo de construção dos critérios e instrumentos avaliativos envolvia os coletivos das instituições de Educação Infantil, em articulação com seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's);
- apontar possíveis relações e/ou contradições entre os instrumentos avaliativos, o referencial teórico que subsidiavam os PPP's das instituições de Educação Infantil e os planejamentos construídos para os grupos de crianças.

Considerando a indicação da Banca de Qualificação sobre a necessidade de incluir as Instituições de Educação Infantil Conveniadas à RME de Florianópolis na pesquisa, posteriormente também inseri como recurso metodológico uma conversa informal, com uma das profissionais da Gerência de Atividades Complementares (GEAC) da Diretoria de Educação Infantil (DEI) da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Florianópolis que fazia o assessoramento pedagógico dessas instituições, tendo como referência o mesmo roteiro das entrevistas semiestruturadas e buscando aproximar-me dos mesmos objetivos colocados para as outras instituições.

Durante a análise de campo, ao invés de usar o recurso da categoria de análises, optei em tratar os dados como “Questões Relevantes” e essa escolha baseou-se no entendimento de que é possível contribuir com um novo conhecimento propondo lógicas outras sem, necessariamente, ficar preso aos modelos reconhecidos pela ciência moderna. Dessa forma, seria possível dar voz e visibilidade a algumas questões que na ótica da Modernidade ficariam ausentes da discussão central. As “Questões Relevantes”

destacadas no corpo dessa pesquisa foram: concepções de avaliação; instrumentos avaliativos; sujeitos avaliados; sujeitos avaliadores; critérios avaliativos; temporalidade das avaliações.

Em relação às **concepções de avaliação** presentes nos processos de avaliação das crianças, na análise dos dados do campo, foi possível identificar a presença da concepção de Avaliação Diagnóstica, Desenvolvimentista e Classificatória, pautada em aspectos do desenvolvimento infantil (motor, cognitivo e psicológico). Na conversa informal com a assessora da GEAC/DEI, outro aspecto da Avaliação Diagnóstica, Desenvolvimentista e Classificatória percebida por ela nas visitas e conversas que fazia nas instituições conveniadas quando o assunto era avaliação, consistia na preocupação em avaliar o comportamento das crianças. A esse respeito, destaco que conhecer os aspectos do desenvolvimento infantil é importante, quando nos dispomos a avaliar as crianças que frequentam as instituições de Educação Infantil. Entretanto, há que se levar em conta também questões como a interação com outras crianças e adultos, a imaginação, o contato e a apropriação das mais diversas linguagens, as relações com a natureza, etc. Entendo também que avaliar o comportamento das crianças não possa ser considerado um dos objetivos dos processos avaliativos feitos a respeito delas.

Do mesmo modo, durante a análise dos dados, também foi identificada a concepção de Avaliação Processual, Formativa e Mediadora, quase sempre associada às observações, ao registro e ao planejamento do trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições de Educação Infantil da RME de Florianópolis. Contudo, esses dados revelaram uma contradição ou falta de compreensão sobre a concepção de Avaliação Processual, visto que esta estabelece relações diretas com a ideia de continuidade e nos instrumentos avaliativos analisados não foi possível identificar, nenhuma semelhança com essa perspectiva quando o assunto é a avaliação das crianças.

Cuidando para não incorrer no equívoco de tentar construir uma verdade absoluta sobre as concepções presentes nas avaliações que são feitas a respeito das crianças que frequentam as instituições de educação infantil da RME de Florianópolis e tendo como referência os dados coletados na amostragem de campo, entendo que as contradições de ordem discursiva e prática que foram identificadas estão vinculadas ao fato de que ainda estamos tentando compreender as possibilidades de uso, ou melhor, a importância dessa ação pedagógica. Assim, da mesma maneira que enfrentamos algumas dificuldades em transformar em ações os discursos sobre as especificidades da Educação Infantil, vinculando-a a construção de uma Pedagogia da Infância, quando se

trata de avaliação, vivemos dilema semelhante: fazemos a defesa de uma Avaliação Processual, Formativa e Mediadora, mas no cotidiano a utilizamos de maneira Diagnóstica, Desenvolvimentista e Classificatória, reduzindo-a a instrumentos burocráticos que, muitas vezes também são excludentes.

Por isso, frente à nossa responsabilidade profissional e social, considero fundamental provocarmos no interior de nossas instituições de Educação Infantil, ou melhor, na própria RME de Florianópolis, mais discussões sobre a temática avaliação na Educação Infantil, de forma que possamos compreender melhor as concepções de avaliação que são adotadas e suas implicações pedagógicas, sociais e culturais nos processos educativos que têm sido promovidos junto às crianças com quem convivemos diariamente.

No que diz respeito aos **instrumentos avaliativos** que lançamos mão para avaliar as crianças, durante a análise do material de campo, foram muitos os nomes pinçados. Entretanto, entre eles, preponderaram os relatórios de grupos, os relatórios individuais e os portfólios. Na maior parte dos casos, tais instrumentos objetivavam avaliar o grupo e somente uma pequena parte estava focada nas crianças individualmente. Talvez por isso, na tentativa de contemplar os dois aspectos (coletivo e individual) tenha se evidenciado, na análise dos dados, o uso de mais de um instrumento avaliativo em muitas das instituições pesquisadas. A esse respeito, em consonância com a legislação vigente, tenho o entendimento de que seja necessário avaliar as crianças individualmente. Para isso precisamos contextualizar quais processos educativos foram possibilitados a elas em suas vivências, em suas experiências individuais e coletivas no interior de nossas instituições de Educação Infantil.

No que diz respeito ao uso de nomes tão diferenciados para os instrumentos avaliativos sobre as crianças, entendo que esse indicativo revela um movimento de resistência frente à expressão “avaliação”, tendo em vista o fato de ela, historicamente, estar associada às concepções e práticas classificatórias e excludentes.

Por outro lado, causou-me surpresa o fato de que, nos dados coletados, as participantes da pesquisa e até mesmo os documentos PPP's também indicarem que os *registros individuais e coletivos* possam ser considerados como sinônimo de avaliação e, inclusive, substituam os instrumentos avaliativos. Embora consiga compreender as relações estreitas entre o registro e a avaliação, reafirmo, aqui, o meu entendimento de que registros sem análise, sejam eles escritos, filmicos, fotográficos, plásticos, auditivos, etc., são apenas registros, muito embora revelem escolhas, concepções, etc.

Tenho o entendimento que, ao batizá-los, revelamos escolhas e até parte de nossas concepções.

Por exemplo, ao escolhermos a nomenclatura *parecer descritivo*, a tendência é nos posicionarmos frente ao desenvolvimento das crianças emitindo juízos de valor de ordem comportamentalista e comparativa, o que não corresponde a todos os processos vividos por elas no interior das instituições de Educação Infantil. Muitas vezes, lançamos mão de linguagens técnicas e até prescritivas na composição dos referidos instrumentos.

Num outro extremo, ao adotarmos a nomenclatura *relatos* ou *relatórios*, a tendência, tem sido a de simplesmente relatar os fatos acontecidos com as crianças ou mesmo com determinados grupos de crianças, na tentativa de evitar o julgamento de valores possivelmente equivocados e excludentes sobre as crianças. O problema aqui é a impossibilidade de eliminar completamente os aspectos subjetivos do processo de avaliação. Eles sempre estarão presentes de alguma maneira. Escamotear isto certamente não será o melhor caminho para a construção de uma educação responsável e emancipatória. Admitir, de forma explícita, que possuímos maneiras diferentes de ver as coisas, preferências e valores, pode ser um caminho mais frutífero para as relações que estabelecemos junto aos educandos e junto ao processo de educá-los para a tolerância, à solidariedade e à confiança em nossos propósitos educacionais.

Em relação aos instrumentos chamados de *portfólios*, pelo que pude perceber na análise que realizei tanto nos instrumentos coletados no campo de pesquisa como também nos portfólios a que já tive acesso durante minha trajetória profissional na Educação Infantil, parece-me que tendemos a adotar os mesmos procedimentos das tradicionais *pastas de atividades*, onde costumávamos colocar as produções das crianças, entregando-as às famílias, como se o conteúdo daquelas pastas falassem por si só.

Em meu entender, essas posturas frente aos instrumentos avaliativos não contribuem para que eles realizem seu papel de registro analítico sobre o que foi oferecido e como as crianças foram construindo seus conhecimentos frente ao que eram desafiadas e ensinadas por suas respectivas professoras e também pelas demais crianças do seu grupo e da instituição. Portanto, não cumprem aquele que, do meu ponto de vista, seria o seu principal papel: auxiliar, através da análise dessa caminhada individual das crianças e também coletiva do grupo, as profissionais da Educação Infantil a

repensarem suas práticas e replanejem as ações pedagógicas que promovem no seu trabalho nessas instituições.

Os dados da pesquisa apontaram que os *resultados da avaliação* costumavam ser socializados com as famílias em ações que, na maioria dos casos, acontecia na entrega desses documentos em atendimentos individuais previamente agendados com pais ou mães das crianças, ou, ainda, entregue a alguém responsável por elas. Nesse sentido, embora, nos dados coletados, não tenham ficado claros os motivos, foi perceptível de que havia uma mescla desses procedimentos na busca de encontrar a melhor maneira para realizar essas entregas às famílias. Pela experiência que acumulo como profissional na Educação Infantil, ousou afirmar que essa mescla objetivava fazer que os instrumentos avaliativos chegassem às mãos de todas as famílias, inclusive àquelas que não conseguiam se organizar para comparecer nos horários disponibilizados, ou ainda, aquelas que não compreendiam a importância de tal atividade.

Em relação aos **sujeitos avaliados** senti necessidade, durante a realização da pesquisa, em compreender que outros sujeitos, além das crianças, costumavam vivenciar processos avaliativos nas instituições pesquisadas na RME de Florianópolis. Essa necessidade se deve à compreensão que tenho de que seria impossível analisar como são construídos os processos de escrita da avaliação das crianças nas instituições de Educação Infantil na RME de Florianópolis, se não considerarmos todas as relações educativo-pedagógicas que são travadas entre os diversos sujeitos (crianças e adultos) nesses espaços.

Na análise dos dados, além das crianças, também foram citadas como outros sujeitos avaliados: as profissionais substitutas que tem contratos temporários; as profissionais efetivas em estágio probatório; as profissionais que realizam o serviço de cozinha e de limpeza, cujo vínculo empregatício é com empresas prestadoras de serviços, contratadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). Também foi apontado, o hábito de avaliar todo o grupo de trabalho, na medida em que discutiam coletivamente sobre os PPP's, os planejamentos, os projetos, as ações e as atividades realizadas durante o ano.

Em relação à *avaliação individual* das profissionais substitutas ou efetivas em estágio probatório, os dados do campo assinalaram que tais procedimentos estavam vinculados aos processos avaliativos formais da PMF, via subcomissão de avaliação local. Embora tenham sido mencionadas outras profissionais (professoras, auxiliares de ensino e auxiliares de sala efetivas; diretoras; supervisoras), as respostas ao

questionário, destacaram, com maior frequência, a realização de avaliação com as professoras, auxiliares de ensino e auxiliares de salas substitutas. Já nas respostas das entrevistadas, destacaram-se como sendo as profissionais que seriam avaliadas com mais frequência às professoras e as diretoras. Ainda com uma frequência menor de respostas, apareceu, nas entrevistas, a indicação de que as coordenadoras pedagógicas e/ou supervisoras, as auxiliares de sala, as auxiliares de ensino e as professoras de educação física também costumavam ser avaliadas individualmente. Nas respostas das entrevistadas em relação às avaliações individuais, não houve menção ao tipo de contrato das profissionais avaliadas, o que, no meu entendimento, revelou que as entrevistadas não faziam distinção sobre essa situação.

Sobre a *avaliação do grupo*, realizadas coletivamente no interior das instituições de Educação Infantil da RME de Florianópolis que participaram dessa pesquisa, o resultado apontou que, na maior parte delas, tal avaliação costumava acontecer sistematicamente. Sobre os sujeitos que eram avaliados nesses momentos coletivos, as respostas assinaladas pelas respondentes trouxeram o indicativo de que, com uma frequência muito próxima, nesses processos costumava-se avaliar as professoras efetivas e substitutas, as auxiliares de sala efetivas e substitutas, as auxiliares de ensino efetivas e substitutas, as diretoras, as supervisoras, as professoras de educação física e demais funcionárias. Em síntese, todos os envolvidos nos processos pedagógicos. Também houve o apontamento que esses momentos eram aproveitados para avaliar o que deu certo e errado no trabalho desenvolvido coletivamente.

Ao rever os dados coletados nas respostas aos questionários, sobre quem eram os outros sujeitos avaliados, além das crianças, entendo que as respondentes demonstraram perceber uma relação mais igualitária de condições dos sujeitos avaliados naqueles processos que estavam sendo realizados coletivamente no interior das instituições de Educação Infantil pesquisadas na RME de Florianópolis do que naqueles que eram realizados individualmente. Importante ressaltar também que as entrevistas, mesmo que com nomes diferenciados e percentuais de frequências diferentes, confirmaram os dados dos questionários em relação à realização de avaliações dos grupos de cada instituição, coletivamente, como possibilidade de avaliar todos os sujeitos que participam dos processos pedagógicos desenvolvidos dentro das instituições.

Entendo que essa preocupação em avaliar coletivamente os sujeitos e também os processos de ordem pedagógica e administrativa, percebidas durante as análises dos dados de campo, revelou a prática da Avaliação Institucional, mesmo que as

participantes da pesquisa não tenham ciência disso e não compreendam os referenciais teóricos que fundamentam essa concepção e, portanto, não costumem discursar a respeito. Ainda assim, em algumas das instituições que participaram dessa amostragem, a temática Avaliação Institucional veio à tona na fala de algumas das entrevistadas, momento no qual ficou claro o entendimento de que a sistematização de tais processos seria importante para qualificar o trabalho desenvolvido na Educação Infantil da RME de Florianópolis. Pelo que pude perceber, havia o entendimento, por parte dessas entrevistadas, que a SME teria seu papel de responsabilidade nesse processo, como promotora de ações que possibilitassem a todas as profissionais da RME discutirem e criarem seus instrumentos de avaliação do trabalho pedagógico para suas respectivas instituições. Uma das entrevistadas também trouxe à tona a preocupação com os modelos de avaliação institucional de ordem classificatória, na perspectiva de *ranqueamento*, nos moldes que vem sendo implantados em alguns municípios e estados brasileiros, muitas vezes vinculando desempenho de instituições e salários de professoras.

Com base nesses dados, a respeito da Avaliação Institucional, embora esteja prevista legalmente, entendo que sua implantação e implementação ainda carecem de muitos debates junto às comunidades, aos profissionais e aos sistemas de ensino. Também concordo que sua vinculação aos processos de *ranqueamento* ou a premiações salariais tendem a aumentar as resistências em torno de sua realização e, portanto, não contribuem com os processos avaliativos das instituições de Educação Infantil.

No que diz respeito à avaliação das funcionárias terceirizadas contratadas por empresas particulares, mas responsáveis pelos serviços de limpeza e cozinha das creches e NEI's pesquisados, os dados levantados nas entrevistas apontaram que em metade delas essas profissionais também costumavam ser avaliadas individualmente.

A respeito dos **sujeitos avaliadores**, a maioria absoluta das participantes da pesquisa confirmou que de alguma forma participavam dos processos de construção das avaliações que eram feitas a respeito das crianças no interior das instituições de Educação Infantil da RME de Florianópolis que atuavam. Sobre as demais profissionais que participariam desse processo, embora tenha havido destaque quanto à participação das professoras e auxiliares de sala, os dados coletados, mesmo com frequências diferenciadas nas respostas dos questionários e das entrevistas, também apontaram: professoras de educação física; supervisoras e ou/coordenadoras pedagógicas; diretoras; auxiliares de ensino. Especificamente nas entrevistas, as profissionais que atuavam no

serviço de cozinha e limpeza também foram mencionadas como coparticipantes dos processos avaliativos feitos a respeito das crianças, numa parte pequena das instituições. Nos questionários, com uma proporção maior do que foram citadas nas respostas das entrevistas, as crianças também foram citadas como participantes dos processos de escrita de suas próprias avaliações por uma pequena parte das respondentes. O mesmo aconteceu em relação às famílias, sendo que nos dois instrumentos metodológicos obtiveram frequência percentual semelhante ao serem mencionadas pelas participantes da pesquisa.

Sobre a participação das crianças nos processos de avaliação que vivenciam dentro das instituições de Educação Infantil da RME de Florianópolis, uma das entrevistadas relatou, inclusive, que já vivenciara essa experiência de participação das crianças numa espécie de conselho de classe, onde elas puderam apontar o que gostavam e o que não gostavam. Penso que essa experiência também possa ser retomada e, principalmente, ampliada, de forma que as crianças tenham seu direito à participação garantida em outros processos de decisão dentro das instituições de Educação Infantil.

A respeito do *papel das supervisoras e/ou coordenadoras pedagógicas* no processo de escrita da avaliação das crianças nas instituições de Educação Infantil da RME de Florianópolis, tanto as respostas das respondentes do questionário como as entrevistas, trouxeram respostas bem variadas a essa questão. Surpreendeu o fato de os PPP's não trazerem nenhum indicativo a esse respeito. Nos questionários as respostas que obtiveram maior frequência indicavam que o papel dessas profissionais nesse processo seria o de sugerir ou de orientar e reorientar as demais profissionais. Na análise das entrevistas, sobre a mesma questão, apareceram com destaque as seguintes funções: acompanhar o processo e fundamentar ou embasar teoricamente com indicações bibliográficas as reflexões das demais profissionais e a mediação. Ainda apareceram, embora numa frequência menor, as seguintes ações consideradas como sendo responsabilidade dessas profissionais: articular com a prática; fomentar as discussões; questionar; refletir; mostrar a concepção de avaliação da instituição; retomar a estrutura dos textos, garantindo que a avaliação seja clara; acolher, auxiliar, ajudar ou orientar as profissionais envolvidas; dar suporte às famílias. Já para a assessora da GEAC/DEI, o principal papel da coordenação pedagógica na escrita da avaliação das crianças nas Instituições de Educação Infantil conveniadas a RME de Florianópolis seria o de promover trocas com as professoras.

No meu entendimento, após ter acessado a todas essas informações do campo e também no levantamento teórico, o papel das supervisoras escolares e/ou coordenadoras no processo de escrita das avaliações das crianças, consiste no desafio de propor discussões mais pontuais com seus respectivos grupos de trabalhos com vistas ao aprofundamento dos estudos e discussões sobre essa temática para que, coletivamente, possam ser estabelecidos critérios para a construção de instrumentos avaliativos que colaborem com os processos pedagógicos da instituição.

Quanto aos **critérios avaliativos** identificado na análise do campo em relação a avaliação feita a respeito das crianças e demais sujeitos, os dados da pesquisa foram bem diversificados.

Em relação à avaliação das crianças, nas respostas dos questionários, levando em conta suas frequências nas respostas, podemos destacar os seguintes critérios: relações ou relacionamentos (entre crianças-crianças, crianças-adultos, social, com o conhecimento ou com as famílias); atividades, projetos realizados e demais propostas de trabalho; interações. Também foram citados numa frequência menor: linguagens (plástica, corporal, oral, musical e gestual); desenvolvimento (avanços, dificuldades, progressos, habilidades e competências); afetividade; brincadeiras; adaptação ou inserção; autonomia; individualidade; participação; preferências; alimentação; idade ou faixa etária; atitudes; atuações; envolvimento; aspectos positivos; rotina. Nas entrevistas, embora tivesse sido realizada pergunta específica sobre o assunto, a gama de critérios localizados nos discursos das entrevistadas também foi extensa e bem variada, visto que acabou aparecendo junto a respostas sobre outros questionamentos. Dentro dos critérios pinçados nas entrevistas, os aspectos relacionados ao desenvolvimento infantil (o físico, o psíquico, o intelectual, o histórico, o cultural e o social) foram o grande destaque, ao serem citados por todas as entrevistadas. Também se destacaram os seguintes critérios: as relações das crianças com as linguagens (oral, plástica, corporal, escrita); as interações; a participação ou envolvimento nos projetos e propostas de trabalho; brinquedos e brincadeiras; relação com as outras crianças; relação com os adultos; autonomia; aspectos positivos, conquistas ou avanços; inserção ou adaptação; alimentação; dificuldades. Os demais critérios coincidiam com o apontado nas respostas do questionário, oscilando apenas quanto à frequência em que apareciam. Nos PPP's analisados poucos foram os registros encontrados sobre os critérios utilizados no processo de construção de avaliação das crianças

Já nos 50 instrumentos analisados na amostragem dessa pesquisa, de maneira geral, ficou perceptível como característica principal uma preocupação em avaliar os aspectos coletivos dos grupos de crianças. Entre os instrumentos analisados, cerca de 74% eram do grupo de crianças, enquanto que aproximadamente 38% faziam referência à avaliação individual da criança. Em alguns casos, os instrumentos contemplavam os dois aspectos. Em relação aos critérios de avaliação coletivos que compunham os instrumentos organizados sobre as crianças, os destaques foram: relacionamento de grupo; linguagem oral; educação física. Agora, nos critérios individuais de avaliação das crianças, o destaque ficou por conta do relacionamento com o grupo (crianças e adultos). Tanto na avaliação dos critérios coletivos, como nos individuais encontrados nos instrumentos avaliativos analisados, também apareceram em menor frequência, aqueles que já haviam sido mencionados nas respostas aos questionários e entrevistas.

Também foi possível perceber nos instrumentos avaliativos analisados a existência de outros elementos que, embora não avaliassem as crianças, traziam dados que procuravam explicitar os processos pedagógicos vivenciados por elas dentro de suas respectivas instituições: listagem do que foi trabalhado ou das atividades desenvolvidas; argumentação ou justificativa teórica sobre diversos aspectos do trabalho pedagógico e do desenvolvimento infantil; uso de fotos individuais ou do grupo para ilustrar algumas ações vivenciadas pelas crianças no período avaliado; objetivos dos projetos de trabalho; apresentação do grupo; uso de texto poetizado ou inserção de poesias nos instrumentos; formato de história do grupo; descrição de ações que apontavam as intervenções pedagógicas das professoras; *status* de lembranças ou mensagem final; formato de jornal; uso de mensagem religiosa.

De maneira geral, tais instrumentos avaliativos, individuais ou coletivos, em meio à diversidade de critérios, destacaram questões ligadas ao desenvolvimento infantil e psicomotor, as linguagens, ao comportamento social, as interações que são realizadas nos espaços educativos e também as expectativas que os adultos têm em relação às crianças no que diz respeito à realização de pequenas tarefas, tal como a alimentação e os cuidados com a higiene, com seus pertences e também com os espaços.

Em relação às possíveis mudanças ocorridas nos processos de avaliação das crianças, entre 2008 e 2009, numa das instituições pesquisadas, frente ao seu processo de municipalização, tendo como referência os instrumentos avaliativos analisados, afirmo que: embora tenha havido mudanças nos nomes dados a tais documentos e também no estilo de escrita (que em 2009, passa a ter como marca contar a história do

grupo), não percebi muitas diferenças entre os instrumentos analisados. Por isso, considero possível que as diferenças apontadas pelas respondentes do questionário da instituição analisada nos períodos de 2008 e 2009 tenham a ver com os encaminhamentos e os processos de construção dessas avaliações e, nesse caso, entendo que isso tenha a ver com a maneira como cada uma das pessoas responsáveis pela coordenação pedagógica de seu grupo conduz os processos em questão e não, necessariamente, com concepções diferenciadas de avaliação.

Em relação à avaliação dos demais sujeitos, além das crianças, no que diz respeito às avaliações coletivas do grupo, as respondentes do questionário, diante das possibilidades de resposta, destacaram os seguintes itens: organização dos espaços; rotina; Projeto Político Pedagógico – PPP; planejamento coletivo; relações profissionais; planejamento dos grupos; projetos; relações interpessoais. Já nas entrevistas os critérios destacados foram: trabalho coletivo; formação via grupo de estudos; limpeza. Também foram citados: trabalho ou atendimento às famílias; projetos ou propostas de trabalho; atuação da coordenação pedagógica ou supervisão escolar; PPP; ações desenvolvidas durante o ano; reuniões pedagógicas; exploração ou uso do espaço externo ou parque; refeitório; cozinha; alimentação; recepção ou acolhida das crianças; entrega ou despedida das crianças; Plano Estratégico Situacional (PES); processo de avaliação das crianças; atuação da direção; trabalho administrativo; calendário; cardápio; rotina; período de adaptação ou inserção das crianças; participação da assessora da DEI; planejamentos individuais; organização do trabalho da educação física; aproveitamento da sala multiusos; aniversários coletivos; projeto de gestão; organização da unidade; interações. Na análise dos PPP's, muito embora fosse mencionada a necessidade de que os processos avaliativos envolvessem, além das crianças, também as profissionais que trabalhavam nas instituições pesquisadas, não consegui encontrar registros de nenhum critério específico sobre essa questão.

Quanto à **temporalidade das avaliações**, as respostas aos questionários e as entrevistas confirmaram a realização de processos de avaliação das crianças em todas as instituições pesquisadas e também de que na maior parte dos casos ela acontecia semestralmente. Nos instrumentos analisados na amostragem dessa pesquisa, a maior parte deles fazia referência a um período de avaliação semestral. Nos PPP's, apesar dos poucos registros sobre o assunto, a informação se confirmou. Nas Instituições de Educação Infantil conveniadas a RME, a realização de avaliações semestrais, conforme indicou a assessora da GEAC/DEI, podiam ser visibilizadas na análise de seus

calendários anuais. O detalhe significativo que apareceu em pelo menos 40% das respostas das entrevistadas é de que essas avaliações semestrais sobre as crianças eram feitas sobre o grupo no primeiro semestre e, individualmente, no final do ano. Considerando que a pesquisa de campo foi realizada no final do ano de 2010, quase um ano após a publicação da Resolução 005/2009 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo menos um semestre após a publicação da Portaria 010/2010 da SME de Florianópolis, esse dado revela que a simples publicação de uma lei ou qualquer outro documento legal não se configura como um elemento de transformação nas práticas pedagógicas que realizamos em nossas instituições de Educação Infantil. Fica então o indicativo da necessidade de ampliarmos as discussões em torno da legislação e de suas implicações no nosso trabalho.

Em relação às avaliações individuais das profissionais substitutas ou efetivas em estágio probatório, as respostas dos questionários e das entrevistas trouxeram o indicativo de que tais processos eram realizados formalmente pela RME de Florianópolis, via subcomissão local de avaliação e aconteciam semestralmente. Surpreendentemente, algumas das respondentes não tinham muita clareza sobre a periodicidade legal em que estas avaliações aconteciam. Quanto à avaliação das profissionais terceirizadas, que realizavam os serviços de limpeza e de cozinha nas instituições pesquisadas, estas não foram mencionadas nas respostas dos questionários, nem havia nenhum tipo de indicação nos PPP's analisados. Por outro lado, embora não tenha aparecido nas respostas da maior parte das entrevistadas, 20% delas afirmaram que tais avaliações eram anuais. Em relação à avaliação coletiva do grupo, elas aconteciam semestralmente. Esse dado teve confirmação nas respostas da metade das respondentes do questionário, nas respostas da maior parte das entrevistadas e nos poucos indicativos encontrados nos PPP's.

Além das questões relevantes, pinçadas durante a análise dos dados de campo, outras questões chamaram minha atenção e entendo que merecem algumas considerações:

a) embora as respostas de algumas das entrevistadas e também das respondentes dos questionários tenham deixado claro que já haviam acontecido discussões em torno da temática avaliação, poucos foram os referenciais citados nas perguntas direcionadas a esse assunto; ainda assim, as respostas também trouxeram nomes de pessoas que estudam outras questões e fizeram referências a documentos orientadores ou leis; a única referência vinculada à temática avaliação na Educação Infantil que apareceu nas

entrevistas e nos questionários foi o nome da pesquisadora Jussara Hoffmann e, mesmo assim, numa frequência muito pequena; nos PPP's não foi possível encontrar nenhum registro a respeito;

b) não foi mencionado em nenhum dos instrumentos de coleta de dados do campo de que havia nas instituições pesquisadas o hábito de discutir coletivamente que critérios seriam considerados na hora de construir os instrumentos avaliativos a respeito das crianças; sendo assim, reafirmo o meu entendimento de que essa ação precisa ser implantada coletivamente;

c) embora a maior parte das respondentes do questionário tenha respondido afirmativamente sobre a existência de discussões a respeito da avaliação das crianças em seus respectivos PPP's, uma parte pequena delas afirmou que “não” ou então que “não sabia”; por outro lado, somente na metade dos PPP's analisados havia indicativos sobre os processos avaliativos das crianças; essas informações acabaram confirmando parcialmente uma das minhas hipóteses iniciais da pesquisa, na qual eu afirmava que na maior parte dos casos parecia não haver relações entre os instrumentos avaliativos, o referencial teórico que subsidiava os PPP's das instituições de Educação Infantil e os planejamentos construídos para os grupos de crianças;

d) no meu entendimento, as discussões sobre as concepções e escolhas a respeito da avaliação das crianças precisam ser explicitadas nos PPP's das instituições educativas, inclusive na Educação Infantil, pois, além de ser atender a uma exigência legal, é o PPP, enquanto documento que deve nortear todas as ações educativas; portanto, tendo a clareza de que estes documentos não podem ser fechados e de que também são transitórios, penso ser direito e dever de todas as pessoas envolvidas na comunidade educativa, incluindo as crianças, participar dos processos de discussão, implantação e implementação dos PPP's nas instituições de Educação Infantil;

e) considerando os processos de mudança de vínculo a que foram submetidas às Instituições de Educação Infantil conveniadas a RME de Florianópolis e, tendo clareza de que as discussões em torno dos processos avaliativos das crianças também estão inseridas nesse contexto de transição, reafirmo a indicação, já feita por mim durante a construção do projeto de pesquisa, que tais instituições merecem pesquisas específicas sobre seus processos pedagógicos;

f) do mesmo modo, embora os dados aqui analisados não tenham revelado mudanças significativas nos processos de avaliação realizadas sobre as crianças numa das instituições participantes da pesquisa que foi recém municipalizadas, entendo que a

municipalização carece de mais pesquisas sobre todos os seus aspectos pedagógicos e administrativos.

g) vislumbrando a possibilidade de contribuir com as discussões a respeito dos processos avaliativos no contexto da Educação Infantil, em especial aqueles realizados sobre as crianças no interior de nossas instituições, chego ao final desse texto com a certeza de que ainda temos muito que aprofundar nos estudos e discussões sobre essa temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.) **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 38-56 (Cultura, Memória e Currículo, v.5)

ALVES, Fábio Tomaz. & OESTREICH, Marlise. **O/A Profissional de Supervisão “Escolar” que Atua na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira e HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BARCELOS, Ana Regina Ferreira de. Supervisão na Educação Infantil e a Organização do Trabalho Educacional Pedagógico. In: **Diretrizes educacionais pedagógicas para educação infantil**. Florianópolis: SME/PMF/Prelo Gráfica & Editora Ltda, 2010. p.93-105.

BATISTA, Rosa. A Rotina na Educação Infantil. In: **Síntese da Qualificação da Educação Infantil**. Florianópolis: PMF/SME/DEI 2000. p. 31-34.

BODNAR, Rejane Teresa Marcus. **A observação e o Registro Pedagógico na Formação em Serviço**: um estudo sobre as relações teórico-práticas com professoras da Educação Infantil. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em <<http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/bodnarres.html>> 11 de abril de 2009, 14h31min.

BRANDÃO, Isabel Cristina. **Políticas Públicas em Educação Infantil**. Trabalho. Caxambu/MG, 27ª Reunião Anual da ANPEd – 2004. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm>>. 10 de março de 2010. 21h36min.

_____. Políticas Públicas em educação infantil: uma análise das propostas de prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores. **Revista Educação e Linguagem**. Ano 8. nº 12. p.59-78, jul-dez 2005.

BRASIL. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. 18 de novembro de 2009. 14h58min.

_____. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> 17 de julho de 2011. 18h53min

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998b. 3v.: il. (Volume 1: Introdução)

_____. Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE Nº 22/98 – CEB – Aprovado em 17 de dezembro de 1998**. Brasília: CEB/CNE, 1998a.

Disponível em <www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0481-0500_c.pdf>. 29 de junho de 2011. 14h42min.

_____. Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CEB 1/99 de 07 de abril de 1999**. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de abril de 1999.

Seção 1, p. 18. Brasília: CEB/CNE, 1999b. Disponível em

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf>>. 09 de abril de 2009.

18h10min.

_____. **Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. 11 de julho de 2011. 15h26min.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília. DF: MEC/SEB, 2006a. Vol. 1.

disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>>. 13 de julho de 2011. 17h37min

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília. DF: MEC/SEB, 2006b. Vol. 2.

Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol2.pdf>>. 13 de julho de 2011. 17h40min

_____. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009a. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf>. 13 de julho de 2011. 14h38min.

_____. Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 20/99 de 11 de novembro de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 09 de dezembro de 2009b. Seção 1, p. 14. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323:orgaos-vinculados>. 03 de julho de 2011. 15h35min.

_____. Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CEB 05/2009 de 17 de dezembro de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009c. Seção 1, p. 18. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. 17 de fevereiro de 2010. 23h15min

_____. Ministério da Educação. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Fundação Carlos Chagas. **Educação Infantil no Brasil: Avaliação Qualitativa e Quantitativa – Relatório Final**. CAMPOS, Maria Malta. (Coord). Brasília, MEC/BID/FCC, 2010a. Disponível em:

<http://www.fcc.org.br/pesquisa/eixostematicos/educacaoinfantil/pdf/relatorio_final.pdf>. 09 de julho de 2011. 19h32min

_____. Ministério da Educação. Conferência Nacional da Educação Básica. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação – Decênio 2011-2020**. Brasil: MEC/CONAE, 2010. Disponível em:

<http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pne_projeto_lei1.pdf>. 20 de julho de 2011. 17h31min.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. O pedagógico na Educação Infantil: uma releitura. In: 21ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), 1998, Caxambu (MG). Disponível em:

<<http://www.abmp.org.br/textos/173.htm>>. 26 de junho de 2011. 17h59min.

CAMPOS, Maria Malta. Educar e cuidar - Questões sobre o perfil do profissional de educação infantil. In: **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002343.pdf>>. 27 de junho de 2011. 19 horas.

_____; ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 6.ed. Brasília : MEC, SEB, 2009.

CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; MENDES, Débora Lúcia Lima Leite. Estudos de avaliação na educação infantil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009. p. 293-304 Disponível em:

<<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1494/1494.pdf>>. 20 de agosto de 2008. 12h40min.

COLASANTO, Cristina Aparecida. **A Linguagem dos Relatórios: Uma Proposta de Avaliação para a Educação Infantil**. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em

<http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3740>. 19 de agosto de 2011. 18h04min.

CORREA, Andréia Cristina Custódio (Et Al.) Avaliando o Cotidiano Através da Imaginação. In: **Diretrizes educacionais pedagógicas para educação infantil**.

Florianópolis : SME/PMF/Prelo Gráfica & Editora Ltda , 2010. p.124-133

CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. Concepções sobre a Avaliação Escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008. p. 49-64

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. Das Avaliações Exigidas às Avaliações Necessárias. In: VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. (Org.)

Avaliação: políticas e práticas. São Paulo: Papirus Editora, 2002. p. 13-42

(Magistério Formação e Trabalho Pedagógico)

DEMO, Pedro. Teoria e Prática da Avaliação Qualitativa. **Perspectivas**, Campos dos Goytacazes, v.4, n.7, p. 106-115, jan/jul 2005. Disponível em:

<[http://www.perspectivasonline.com.br/revista/2007vol1n1/volume%201\(1\)%20artigo9.pdf](http://www.perspectivasonline.com.br/revista/2007vol1n1/volume%201(1)%20artigo9.pdf)>. 27 de julho de 2011.14h53min.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo.

Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, março/ 2002. Disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>>. 03 de maio de 2011. 14h17min.

ESTEBAN, Maria Teresa. Ser Professora: avaliar e ser avaliada. In: ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.) Escola, currículo e avaliação. São Paulo: Cortez, 2003. 13-37 (Cultura, Memória e Currículo, v.5)

FARIA. Ana Lúcia Goulart de. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1013-1038, Especial - Out. 2005.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 2.517 de 19 de dezembro de 1986 – Estatuto do Magistério Público Municipal de Florianópolis**. Florianópolis, PMF, 1986.

Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/29_10_2009_17.36.37.e4105a5cf4aa5d202a6064bc6b98604d.pdf>. 26 de julho de 2011. 16h20min.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **“Traduzindo em Ações: das Diretrizes a Uma Proposta Curricular”– Educação Infantil**. Florianópolis, SC, PMF/SME, 1996a. (Movimento de Reorientação Curricular)

_____. Secretaria Municipal de Educação. **“Traduzindo em Ações: das Diretrizes a Uma Proposta Curricular”–**. Florianópolis, SC, PMF/SME, 1996b. (Movimento de Reorientação Curricular)

_____. Conselho Municipal de Educação. **Resolução nº01 de 03 de setembro de 2002**. Florianópolis: CME, 2002. (texto mimeo)

_____. Conselho Municipal de Educação. **Resolução Nº01 de 31 de outubro de 2006**. Florianópolis: CME, 2006. Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/20_01_2010_16.40.32.7ff98f0200c5c1660de051afbf55dc42.pdf>. . 13 de julho de 2011. 15h21min.

_____. **A Organização, Funcionamento e Manutenção do Sistema Municipal de Ensino de Florianópolis – Lei nº 7508 de 27 de dezembro de 2007**. Florianópolis, PMF/SME, 2008.

_____. Conselho Municipal de Educação. **Resolução nº 01 de 29 de abril de 2009**. Florianópolis, SC: PMF/CME, 2009. Disponível em

<http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/03_11_2009_16.32.58.e699085c481035ecb6506d3f55ca4abf.pdf>. 19 de março de 2009. 19h45min.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes educacionais pedagógicas para educação infantil**. Florianópolis : SME/PMF/Prelo Gráfica & Editora Ltda , 2010a.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação de Florianópolis**. Florianópolis/SC: PMF/SME, 2010b. <Disponível em

http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_09_2010_9.28.18.8290f2b42afcefc446de3761c17366e1.pdf>. 11 de julho de 2011. 18h23min.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria N° 010 de 02 de fevereiro de 2010.** Florianópolis/SC: SME, 2010c. (texto mimeo)

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria n° 019 de 01 de fevereiro de 2011.** Florianópolis/SC: SME, 2011b. (texto mimeo)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. – (Leitura)

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A Pedagogia das Competências Como “Política” de Formação e “Instrumento” de Avaliação. In: VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. (Org.) **Avaliação: políticas e práticas.** São Paulo: Papirus Editora, 2002. p. 43-64 (Magistério Formação e Trabalho Pedagógico)

FREITAS, Luis Carlos de. A “Progressão Continuada” e a “Democratização” do Ensino. In: VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. (Org.) **Avaliação: políticas e práticas.** São Paulo: Papirus Editora, 2002. p. 83-111. (Magistério Formação e Trabalho Pedagógico)

_____ (Et. Al). **Avaliação Educacional: Caminhando pela contramão.** Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 2009. (Fronteiras Educacionais)

GODOI, Elisandra Girardelli. **Avaliação na creche: O caso dos espaços educativos não-escolares.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006. Disponível em

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000401477>>. 12 de junho de 2011. 17h27min.

GOMES, Alberto Albuquerque. Apontamentos sobre a investigação sociológica: possibilidades e caminhos da pesquisa. **Revista Lusófona de Educação**, nº 10, 2007. p.51-61. Disponível em <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n10/n10a05.pdf>>. 26 de outubro de 2010, 20h50min.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** 14ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

_____. **Avaliar para Promover: As Setas do Caminho.** 10ª ed. Porto Alegre/RS: Editora Mediação, 2008.

KUHLMANN Jr., Moysés. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (78): 17-26, ago/1991. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/969.pdf>>. 27 de junho de 2011. 17h34min.

LIMA, Ana Beatriz Rocha; BHERING, Eliana Maria Bahia. **Creche Como Contexto de Desenvolvimento: Um Estudo Sobre o Ambiente de Creches em Um Município de SC.** – Trabalho. Caxambu/MG, 29ª Reunião Anual da Anped – 2006. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT07-2670--Int.pdf>>. 09 de março de 2010. 12h25min

LIMA, Ana Laura Godinho. Testes ABC: Proposta de Governo de Uma População Problemática. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**. Vol.11, nº 1, jan/jul de 2007. p. 139-163. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pee/v11n1/v11n1a16.pdf>>. 05 de agosto de 2011. 17h39min.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström Lourenço Filho. **Testes ABC: Para a Verificação da Maturidade Necessária à Aprendizagem da Leitura e da Escrita**. 13ª ed. Brasília/DF: Inep, 2008. Disponível em:

<http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B93D6EB33-3B3F-41BC-8D27-9FD1F46F788B%7D_miolo_lourenço_filho.pdf>. 05 de agosto de 2011. 18h02min.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da Aprendizagem Escolar: apontamentos sobre a pedagogia do exame. In: LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 18ª edição. São Paulo: Cortez, 2006. p.17-26.

NÓBREGA-THERRIEN, Silvia Maria; THERRIEN, Jacques. Trabalhos Científicos e o Estado da Questão: Reflexões Teórico-Methodológicas. **Revista Estudos em Avaliação Educacional**, v.15, nº 30, jul.-dez./2004. p. 5-16. Disponível em:

<<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1203/1203.pdf>>. 19 de junho de 2011. 16h48min.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de Conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista Enfermagem**. UERJ; 16(04). p. 569-576, out-dez 2008. Disponível em <<http://files.bvs.br/upload/S/0104-3552/2008/v16n4/a569-576.pdf>>. 05 de maio de 2011. 22h15min.

PAZ, Senhorinha de Jesus Pit. **Avaliação na Educação Infantil: análise da produção acadêmica brasileira presente nas reuniões anuais da ANPED entre 1993 e 2003**. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em <<http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/senhorinha.html>>. 09 de abril de 2009. 18h30min

POPKEWITZ, T; LINDBLAD, S. (2001) Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão/exclusão sociais. **Educação e Sociedade**. V.22, n.75, ago. Campinas, SP, p.111-148.

RAMIRES, Jussara Martins Silveira. S. **A Construção do portfólio de avaliação em uma Escola Municipal de Educação Infantil de São Paulo: um relato crítico**. 2008. 294f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26012009-151516/pt-br.php>>. 12 de junho de 2011. 17h41min.

RAMPAZZO, Wania Cristina Tedeschi. **Avaliação Institucional Na Educação Infantil: Um Campo De Possibilidades**. Pôster. Caxambu/MG, 31ª Reunião Anual da ANPED – 2008. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/2poster/GT07-4227--Int.pdf>>. 12 de março de 2010. 14h29min.

_____. **Avaliação Institucional Na Educação Infantil: Um Campo De Possibilidades**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=528>. 12 de junho de 2011. 17h37min.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **A Pesquisa em Educação Infantil no Brasil: Trajetória Recente e Perspectivas de Consolidação de Uma Pedagogia**. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 1999. (Teses Nup; 2)

_____. Princípios Pedagógicos para a Educação Infantil Municipal. In: SANTA CATARINA. **Subsídios para a Reorganização Didática da Educação Básica Municipal**. Florianópolis/SC: SME/PMF, 2000. p. 23-34.

_____. Diretrizes Educacionais-Pedagógicas para a Educação Infantil.

FLORIANÓPOLIS. **Diretrizes educacionais pedagógicas para educação infantil**. Florianópolis : SME/PMF/Prelo Gráfica & Editora Ltda , 2010. p. 12-20.

SACRISTÁN, J. Gimeno. A Avaliação no Ensino. In: SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4ª ed. Porto Alegre/RS, Artmed Editora, 1998. p. 295-351.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Lei Complementar nº 170 de 07 de agosto de 1998**. Florianópolis: CEE, 1998a. <Disponível em http://secon.udesc.br/leis/lei_170-1998.htm> 09 de abril de 2009, 18h19min.

_____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas**

curriculares. Florianópolis: COGEN/SED, 1998b. Disponível em:

<<http://sed.sc.gov.br/educadores/proposta-curricular?showall=1>>. 14 de julho de 2011. 19h55min

_____. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 91 de 14 de dezembro de 1999.** Florianópolis/SC: CEE, 1999. Disponível em:

<http://www.cee.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=52&Itemid=86>. 18 de julho de 2011. 17h18min

_____. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 23 de 09 de maio de 2000.** Florianópolis/SC: CEE, 2000a. Disponível em:

<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/legislacao/cat_view/58-legislacao/185-ensino/76-legislacao-estadual/79-resolucoes>. 14 de julho de 2011. 20h26min

_____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Portaria nº/E/067 de 16 de novembro de 2000.** Florianópolis/SC: SED, 2000b. Disponível em:

<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/legislacao/cat_view/58-legislacao/185-ensino/76-legislacao-estadual/80-portarias>. 14 de julho de 2011. 20h18min.

_____. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos.** Florianópolis: IOESC/SED, 2005. Disponível em: <<http://sed.sc.gov.br/educadores/proposta-curricular?showall=1>>. 14 de julho de 2011.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 158 de 25 de novembro de 2008.** Florianópolis/SC, CEE, 2008. Disponível em:

<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/legislacao/cat_view/58-legislacao/185-ensino/76-legislacao-estadual/79-resolucoes>. 14 de julho de 2011. 20h23min

SANTOS, Boaventura de Souza. O Social e o Político na Transição da Pós-Modernidade. In: **Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996 p. 75-114.

_____. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.93- 135 (Para um novo senso comum; v. 4)

_____; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010. p.15-27.

STEININGER, Isabela Jane. **A prática pedagógica nas instituições de educação infantil: um estudo de caso sobre o que indicam as professoras.** Dissertação

(Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em < <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/belastein.pdf> >. 03 de novembro de 2010, 11h08min.

_____. **A Prática Pedagógica Nas Instituições de Educação Infantil:**

Um Estudo De Caso Sobre O Que Indicam As Professoras. - Pôster Caxambu/MG, 32ª Reunião Anual da ANPED – 2009. Disponível em

<<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/posteres/GT07-5628--Int.pdf>>. 11 de março de 2010. 09h15min

TOMÁS, Catarina; SOARES, Natália. O Cosmopolitismo infantil: uma causa (sociológica) justa. In: Vº Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação. **Atelier: Cidadanias Políticas.** 12 a 15 de maio de 2004. Braga, 2004. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/12163>>. 06 de dezembro de 2011. 15h17min.

VARELA, Julia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo.** São Paulo: Cortez, 1999. p. 73-106. Disponível em: <http://www.4shared.com/get/M_NpsLC/Varela_Julia_Categorias_espao-.html>. 28 de junho de 2011. 10h34min.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliação Educacional e o Avaliador.** São Paulo: IBRASA, 2000.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Construindo Avaliação Formativa em Uma Escola de Educação Infantil e Fundamental. In:

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. (Org.) **Avaliação: políticas e práticas.** São Paulo: Papirus Editora, 2002. p. 113-143. (Magistério Formação e Trabalho Pedagógico)

_____. **Portfólio, Avaliação e Trabalho Pedagógico.** 5ª ed. Campinas/SP: Papirus Editora, 2004 (Magistério Formação e Trabalho Pedagógico)

_____. **Virando a Escola do Avesso por Meio da Avaliação.** São Paulo, Papirus Editora, 2008. (Magistério Formação e Trabalho Pedagógico)

WIGGERS, Verena. Estratégias pertinentes à ação pedagógica. In: **Diretrizes educacionais pedagógicas para educação infantil.** Florianópolis: SME/PMF/Prelo Gráfica & Editora Ltda , 2010. p.22-3.